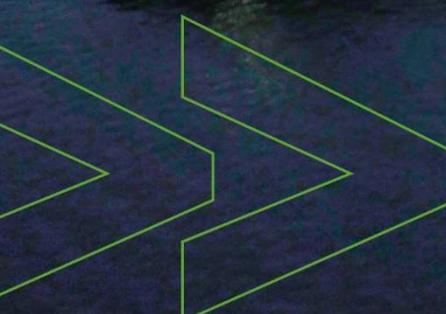




Log-In Logística Intermodal S.A

Informações Financeiras Intermediárias **INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**



31 de março de 2022

login.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Log-In Logística Intermodal S.A. e Controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



John Alexander Harold Auton
Contador
CRC nº 1 RJ 078183/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais - R\$

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	216.873	216.298	33.154	27.622
Aplicações financeiras	5	343.432	390.243	324.114	370.930
Contas a receber de clientes	6	283.720	214.645	156.357	157.396
Estoques		44.237	40.627	33.491	31.518
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	63.368	55.305
Tributos a recuperar ou compensar	8	42.695	52.462	14.477	21.809
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	20.274	17.064	20.274	17.064
Sinistros a recuperar	27	15.570	1.734	680	885
Instrumentos financeiros derivativos	25	507	-	-	-
Outros ativos circulantes		34.835	31.624	14.064	11.074
Total dos ativos circulantes		1.002.143	964.697	659.979	693.603
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5	-	773	-	-
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	17.393	16.651	17.393	16.651
Tributos a recuperar ou compensar	8	42.103	35.651	42.103	35.651
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	242.451	257.089	215.734	225.970
Depósitos judiciais		25.427	21.173	11.902	11.466
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	66.620	78.025
Ativo indenizável	17	195.018	-	-	-
Outros ativos não circulantes		1.785	1.830	1.769	1.814
Investimentos em sociedades controladas	11	-	-	663.645	510.983
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	254.936	217.020	118.639	120.596
Imobilizado	12	1.028.344	893.225	229.351	228.239
Intangível	13	35.619	30.355	26.062	25.032
Total dos ativos não circulantes		1.843.076	1.473.767	1.393.218	1.254.427
TOTAL DOS ATIVOS		2.845.219	2.438.464	2.053.197	1.948.030
PASSIVOS					
CIRCULANTES					
Salários e encargos sociais		40.380	35.269	19.645	21.773
Impostos e contribuições a recolher		39.745	29.733	22.765	17.337
Fornecedores e provisões operacionais	15	160.248	174.222	91.820	80.714
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	224.243	196.884	171.027	160.464
Obrigações com arrendamento mercantil	14	47.539	41.764	34.392	37.062
Valores a pagar a partes relacionadas	7	-	-	77.243	68.055
Dividendos propostos		20	20	-	-
Outros passivos circulantes		12.029	11.716	5.022	3.621
Total dos passivos circulantes		524.204	489.608	421.914	389.026
NÃO CIRCULANTES					
Obrigações com aquisição de controlada		75.687	-	75.687	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.215.242	1.297.025	882.715	965.387
Obrigações com arrendamento mercantil	14	198.511	178.225	89.042	97.713
Valores a pagar a partes relacionadas	7	-	-	38.312	37.369
Provisões para riscos	17	259.627	9.892	1.663	3.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	27.959	8.417	-	-
Perda com investimento em sociedade controlada	11	-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		1.777.026	1.493.559	1.087.419	1.103.823
TOTAL DOS PASSIVOS		2.301.230	1.983.167	1.509.333	1.492.849
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		1.314.852	1.314.852	1.314.852	1.314.852
Reserva de capital		29.592	28.959	29.592	28.959
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Prejuízos acumulados		(777.182)	(837.472)	(777.182)	(837.472)
Reserva de hedge de fluxo de caixa		24.863	(1.366)	24.863	(1.366)
Ajustes acumulados de conversão		2.661	1.130	2.661	1.130
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		543.864	455.181	543.864	455.181
Participações de acionistas não controladores		125	116	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		543.989	455.297	543.864	455.181
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.845.219	2.438.464	2.053.197	1.948.030

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		Períodos de três meses findos em			
		31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
<i>Operações continuadas</i>					
Receita líquida	22	388.440	296.715	211.163	166.763
Custo dos serviços prestados	23	(283.904)	(246.306)	(176.639)	(151.029)
LUCRO BRUTO		104.536	50.409	34.524	15.734
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	14.772	11.909	14.772	11.909
Despesas administrativas e comerciais	23	(32.587)	(21.806)	(18.629)	(12.767)
Outras receitas (despesas), líquidas		(4.449)	1.258	(4.637)	1.520
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	49.408	1.490
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		82.272	41.770	75.438	17.886
RESULTADO FINANCEIRO	24				
Receitas financeiras		12.487	4.283	9.433	4.481
Despesas financeiras		(47.740)	(28.654)	(34.340)	(24.556)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		23.591	(43.746)	8.503	(32.232)
		(11.662)	(68.117)	(16.404)	(52.307)
		70.610	(26.347)	59.034	(34.421)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10				
Corrente		(7.560)	(8.648)	(29)	-
Diferido		(2.751)	13.726	1.285	13.139
		(10.311)	5.078	1.256	13.139
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		60.299	(21.269)	60.290	(21.282)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		60.290	(21.282)		
Acionistas não controladores		9	13		
RESULTADO POR AÇÃO – EM REAIS					
Básico (centavos por ação)	19	0,58	(0,20)	0,58	(0,20)
Diluído (centavos por ação)	19	0,57	(0,19)	0,57	(0,19)

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		Períodos de três meses findos em			
		31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Lucro líquido (prejuízo) do período		60.299	(21.269)	60.290	(21.282)
Outros resultados abrangentes:					
<i>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</i>					
Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período		(25.862)	5.651	(25.862)	5.651
Reciclagem em instrumentos de hedge durante o período		(367)	(107)	(367)	(107)
Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	11	(1.531)	(519)	(1.531)	(519)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		32.539	(16.244)	32.530	(16.257)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS					
Acionistas controladores		32.530	(16.257)		
Acionistas não controladores		9	13		

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2021		1.312.502	24.503	(50.922)	(934.963)	-	2.689	353.809	154	353.963
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)		-	1.431	-	-	-	-	1.431	-	1.431
Outros		-	-	-	1	-	-	1	-	1
Prejuízo do período		-	-	-	(21.282)	-	-	(21.282)	13	(21.269)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(5.544)	519	(5.025)	-	(5.025)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.312.502	25.934	(50.922)	(956.244)	(5.544)	3.208	328.934	167	329.101
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2022		1.314.852	28.959	(50.922)	(837.472)	(1.366)	1.130	455.181	116	455.297
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)	20	-	633	-	-	-	-	633	-	633
Lucro líquido do período		-	-	-	60.290	-	-	60.290	9	60.299
Constituição de reserva de hedge		-	-	-	-	26.229	-	26.229	-	26.229
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.531	1.531	-	1.531
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022		1.314.852	29.592	(50.922)	(777.182)	24.863	2.661	543.864	125	543.989

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em milhares de reais

login.

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do período		60.299	(21.269)	60.290	(21.282)
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(49.408)	(1.490)
Depreciação e amortização	23	31.944	28.956	17.396	16.768
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	10.311	(5.078)	(1.256)	(13.139)
Provisão (reversão) para riscos e correção monetária	17	936	(313)	538	(165)
Serviços de transportes de contêineres		-	17.025	-	17.025
Despesa com plano de opção de ações	20	634	1.431	634	1.431
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	24	8.701	64.419	3.187	46.451
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	(14.772)	(11.909)	(14.772)	(11.909)
Receita de aplicação financeira		(11.891)	3.304	(8.904)	2.922
Provisão de participação no resultado		6.340	5.078	4.427	3.442
Outros		(7.780)	(7.601)	3.038	(6.115)
<i>Variações de ativos e passivos:</i>					
Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas		4.735	(11.590)	(7.024)	(5.899)
Estoques		(3.610)	(3.730)	(1.973)	(2.247)
Tributos a recuperar ou compensar		3.437	9.955	880	748
Fundo da Marinha Mercante – AFRMM		10.643	9.669	10.643	9.669
Sinistro a recuperar		(13.836)	35.725	205	35.728
Outros ativos		4.844	(10.919)	(253)	(8.066)
Depósitos judiciais		(597)	(24)	(436)	139
Salários e encargos sociais		(4.455)	(2.846)	(2.128)	(815)
Impostos e contribuições a recolher		(1.553)	(11.807)	5.399	(840)
Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas		7.549	(36.346)	55.999	(41.568)
Pagamentos de provisão para riscos		(2.539)	(450)	(2.229)	(377)
Outros passivos		(3.550)	1.374	1.401	1.467
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.790	53.054	75.654	21.878
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Integralização de capital e AFAC	11	-	-	-	(117.107)
Aquisição de controlada	1.1	(27.075)	-	(27.075)	-
Caixa advindo de combinação de negócios	1.1	3.764	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	12/13	(25.827)	(122.562)	(9.608)	(3.354)
Aplicações financeiras		59.475	112.241	55.720	140.539
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		10.337	(10.321)	19.037	20.078
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Operação de forfait	26	(30.652)	-	(30.652)	-
Custos na captação de debêntures		(141)	-	-	-
Captação de mútuos com controladas		-	-	-	26.046
Pagamento de mútuos com controladas		-	-	-	(32.306)
Mútuos concedidos		-	(1.000)	-	(1.000)
Amortização empréstimos e financiamentos		(24.036)	(30.417)	(20.317)	(25.382)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(26.263)	(18.486)	(24.590)	(16.509)
Obrigações com arrendamento mercantil		(18.224)	(11.628)	(13.600)	(8.434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(99.316)	(61.532)	(89.159)	(57.586)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		(3.189)	(18.799)	5.532	(15.630)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		216.298	101.338	27.622	65.836
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		213.109	82.540	33.154	50.207

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais - R\$

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Períodos de três meses findos em				
Geração do valor adicionado				
Receita gerada:	445.812	339.597	255.795	201.514
Receita bruta	430.877	328.720	240.860	190.582
Outras receitas	14.772	11.909	14.772	11.909
Receitas relativas à construção de ativos próprios	376	-	376	-
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada – PCE	(213)	(1.032)	(213)	(977)
Insumos adquiridos de terceiros:	(196.878)	(147.621)	(139.321)	(106.178)
Serviços contratados	(142.328)	(111.458)	(101.405)	(83.148)
Materiais	(5.379)	(6.709)	(1.811)	(2.775)
Óleo combustíveis e gases	(34.622)	(25.920)	(27.624)	(20.014)
Reversão de provisão para riscos	(936)	313	(538)	165
Outros	(13.613)	(3.847)	(7.943)	(406)
Valor adicionado bruto	248.934	191.976	116.474	95.336
Depreciação e amortização	(31.944)	(28.956)	(17.396)	(16.768)
Valor adicionado líquido	216.990	163.020	99.078	78.568
Valor adicionado recebido por transferência:	78.999	17.289	111.317	12.722
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	49.408	1.490
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas	78.999	17.289	61.909	11.232
Valor adicionado total a distribuir	295.989	180.309	210.395	91.290
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	46.887	40.493	25.974	21.509
Remuneração	36.596	31.851	20.892	17.482
Benefícios	7.847	6.370	3.812	3.074
FGTS	2.444	2.272	1.270	953
Impostos, taxas e contribuições:	59.926	33.889	32.512	15.563
Federal	39.631	18.603	19.023	4.859
Estadual	15.411	11.634	13.118	10.389
Municipal	4.884	3.652	371	315
Remuneração de capitais de terceiros:	128.877	127.196	91.619	75.500
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	90.661	85.406	78.313	63.539
Afretamentos, locações e arrendamentos	38.216	41.790	13.306	11.961
Remuneração de capitais próprios:	60.299	(21.269)	60.290	(21.282)
Lucros (prejuízos) retidos	60.290	(21.282)	60.290	(21.282)
Participação de acionistas não controladores	9	13	-	-
Valor adicionado total distribuído	295.989	180.309	210.395	91.290

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções logísticas integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária. A Companhia possui sete navios próprios em operação em 31 de março de 2022, opera um terminal portuário e dois terminais intermodais.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código LOGN3.

1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

Em 12 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda para adquirir 100% do capital social da Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”). A aquisição da Tecmar está totalmente alinhada com a estratégia de crescimento da Log-In.

A Tecmar foi fundada em 2001 por profissionais do setor de transporte rodoviário e atendendo inicialmente as regiões Nordeste e Sul do Brasil. Após acelerado crescimento e ampliações da estrutura operacional, a Tecmar se mudou em 2011 para sua sede atual em Embu das Artes, com área de 66.000 m².

A Tecmar possui uma rede estratégica de filiais, com diversas docas e amplos galpões:

- 22 filiais na região Nordeste, com destaque para a moderna filial de Recife, com 26.000 m²;
- 7 filiais nas regiões Sudeste e Centro Oeste, além da matriz em Embu das Artes (SP);
- 17 filiais na região Sul, com destaque para a filial de Curitiba, com 4.000 m².

A Tecmar atende nichos específicos que demandam experiência e grau de especialização de transporte, além de possuir uma base diversificada de clientes, com foco nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, e baixa concentração de vendas. A aquisição da Tecmar está alinhada à estratégia da Companhia e seu plano de expansão.

Em 16 de março de 2022, a Companhia celebrou o termo de fechamento (“Termo de Fechamento”) registrando o cumprimento ou a dispensa das obrigações e condições precedentes necessárias para a implementação da compra e venda, pela Companhia, da Tecmar. O preço de aquisição mensural foi de R\$102.764, sendo R\$ 27.075 pago à vista pela Companhia em 18 de março de 2022 e R\$75.687 registrados na rubrica “Obrigações com aquisição de controlada” a serem pagos em 5 (cinco) parcelas diferidas, sujeitas a atualização com base na variação do CDI, de acordo com as seguintes quantias e prazos:

- 1ª parcela diferida: 18 de março de 2023, no montante de R\$ 5.920;
- 2ª parcela diferida: 17 de março de 2024, no montante de R\$ 8.252;
- 3ª parcela diferida: 17 de março de 2025, no montante de R\$ 8.252;
- 4ª parcela diferida: 17 de março de 2026, no montante de R\$ 20.255; e
- 5ª parcela diferida: 17 de março de 2027, no montante de R\$ 33.008.

As despesas incorridas na aquisição, no montante de R\$3.212, foram reconhecidas no resultado da Companhia, relativas ao processo de aquisição, na rubrica “Despesa gerais e administrativas”, não fazendo parte do custo de aquisição.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da Tecmar.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da Tecmar foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, com expectativa de emissão da versão definitiva até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022, por empresa de avaliação independente.

Com relação à aquisição da empresa Tecmar, a data base de 28 de fevereiro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no período findo em 31 de março de 2022 nas informações trimestrais individuais e consolidadas, com adoção do expediente prático de defasagem de 30 dias para a data base da Companhia. Eventuais eventos subsequentes relevantes ocorridos na controlada foram avaliados pela Diretoria e contemplados quando aplicáveis. Nesse sentido, não foram refletidos nessas informações trimestrais individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022 potenciais efeitos contábeis dos resultados operacionais a partir da data de aquisição da Tecmar que gerariam impactos de equivalência patrimonial na controladora e na demonstração de resultado consolidado.

No quadro a seguir são demonstrados os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Tecmar :

	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.764	-	3.764
Contas a receber de clientes	73.810	-	73.810
Tributos a recuperar ou compensar	122	-	122
Outros	507	-	507
Outros ativos circulantes	5.320	-	5.320
Não circulante			
Ativo indenizável	-	195.018	195.018
Depósitos judiciais	3.657	-	3.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.225	(14.225)	-
Ativos de direito de uso – Arrendamento mercantil	26.324	-	26.324
Imobilizado	31.718	107.862	139.580
Intangível	842	3.454	4.296
Total dos ativos adquiridos	160.289	292.109	452.398
Passivos			
Circulante			
Salários e encargos sociais	9.566	-	9.566
Impostos e contribuições a recolher	4.005	-	4.005
Fornecedores e provisões operacionais	14.182	-	14.182
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.526	-	13.526
Obrigações com arrendamento mercantil	7.084	-	7.084
Outros passivos circulantes	3.863	-	3.863
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.915	-	8.915
Obrigações com arrendamento mercantil	19.240	-	19.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	17.915 ^(*)	17.915
Provisões para riscos contingenciais	41.837	209.501	251.338
Total dos passivos assumidos	122.218	227.416	349.634
Valor dos ajustes de valor justo, líquidos dos tributos	38.072	64.693	102.764

(*) Montante líquido apresentado pela diferença entre os tributos diferidos passivos gerados pelas mais/menos valia no valor total de R\$32.140 e pela reclassificação dos tributos diferidos ativos gerados pela provisão de contingências no valor total de R\$14.225.

▪ Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos, líquidos dos passivos

	Ajustes
Valor contábil dos ativos, líquidos dos passivos e tributos diferidos	
Mais-valia do ativo imobilizado (a)	107.862
Mais-valia do ativo intangível (b)	1.151
Ativos indenizáveis (c)	195.018
Menos-valia das provisões para risco (c)	(209.501)
Ajuste mais/menos valia	94.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32.140)
Valor justo dos ativos líquidos dos passivos identificados	62.390
Valor contábil dos ativos líquidos	38.072
Saldo em 31 de março de 2022	100.461
Purchase Price Allocation (PPA)	
Custo total da aquisição	102.764
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	100.461
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	2.303

- (a) O laudo de avaliação dos ativos, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou ajuste a valor justo no montante de R\$107.862 no imobilizado, relacionado à mais-valia principalmente de veículos (caminhões e acessórios pesados). Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se à idade operacional e o valor residual dos bens do imobilizado da adquirida. Nas informações intermediárias individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas informações intermediárias consolidadas, está apresentado como Imobilizado, conforme nota explicativa nº 12.
- (b) O laudo de avaliação dos ativos, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou ajuste a valor justo no montante de R\$1.151 relacionado à mais-valia de cláusula de não competição. Essa mais-valia dos ativos adquiridos refere-se ao valor justo da cláusula de não-concorrência prevista no contrato de compra e venda de quotas (essa mais-valia foi considerada um intangível na data base do laudo). Nas informações intermediárias individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas informações intermediárias consolidadas, está apresentado como Intangível, conforme nota explicativa nº 13.
- (c) O laudo de avaliação dos passivos, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R\$209.501 relacionado à menos-valia de provisões para riscos contingenciais. Essa menos-valia dos passivos assumidos refere-se ao valor dos passivos contingentes os quais apresentam ativos de indenização no montante de R\$195.018 (itens 23 e 27 do CPC 15 Combinação de Negócios). Essa menos-valia foi considerada uma provisão para risco na data base do laudo. Nas informações intermediárias individuais, este montante está apresentado na rubrica de Investimentos. Já nas informações intermediárias consolidadas, está apresentado como Provisões para Risco, conforme nota explicativa nº 17.

As garantias do pagamento da indenização concedidas pelas vendedoras à Companhia no montante total de R\$195.018 são as seguintes:

- Possibilidade da Companhia abater do valor devido às vendedoras à título de parcela diferida do preço de aquisição, eventuais perdas indenizáveis efetivamente incorridas pela Companhia no valor de até R\$75.018;
- Possibilidade da Companhia compensar o saldo em seu favor, após o 5º aniversário da data de fechamento com os valores devidos às vendedoras à título de aluguel de determinados imóveis alugados pela Tecmar, sujeito ao limite de R\$25.000; e
- Possibilidade da Companhia, após o 5º aniversário da data de fechamento, executar as quotas de holding de titularidade das vendedoras cujo patrimônio é formado por determinados imóveis, conforme acordados pelas partes. O valor estimado das obrigações garantidas das vendedoras, atribuído no Contrato exclusivamente para os fins do artigo 1.362, inciso I, do Código Civil, e sem qualquer prejuízo ou influência na obrigação de indenizar das vendedoras, nos termos do Contrato, é de R\$95.000.

▪ Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição foi apurada no período findo em 28 de fevereiro de 2022 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra. Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Ativos adquiridos

▪ Cláusula de não competição

Abordagem da renda, método de “*With or without*”. As taxas de desconto utilizadas na mensuração do valor justo, oscilam de 12,44% a 14,81%. Essa variação ocorre em função das variações nas taxas de inflação futura.

▪ Veículos

Abordagem de mercado, método comparativo direto de dados de mercado, com base na norma NBR 14.653-5 avaliação de máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral, emitidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Passivos assumidos

▪ Contingências

Abordagem do custo inerente aos riscos contingenciais identificados na transação de combinação de negócios. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, reconheceu, na data da aquisição, passivos contingentes decorrentes da combinação de negócios, em linha com as considerações do item 23 do CPC 15 Combinação de Negócios. Em contrapartida, foi reconhecido o valor dos ativos de indenização estabelecidos no contrato de compra e venda entre as partes que podem ser utilizados para compensar eventuais pagamentos de contingências consideradas prováveis pela Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos.

2. DESTAQUES

A seguir alguns assuntos importantes ocorridos no período findo em 31 de março de 2022:

▪ Liquidação da Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em 21 de janeiro de 2022, foi comunicada pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl (“SAS”) a liquidação do leilão da oferta pública voluntária para aquisição do controle da Log-In.

Como resultado da liquidação da OPA a SAS passou a ser titular de 70.096.995 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 67% do capital social da Companhia, excluídas as ações em tesouraria.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (“informações financeiras”) foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado (consolidado e controladora). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito

nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração e os Conselheiros têm, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a controlada Log-In Mercosur, que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela Administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de março de 2022. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as informações financeiras intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, lucros não realizados e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

As participações dos não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações dos não controladores, corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das controladas.

Com relação a aquisição da empresa Tecmar, a Companhia está usando a data base de 28 de fevereiro de 2022 para o registro contábil de sua aquisição do controle acionário desse investimento e sua respectiva consolidação no período findo em 31 de março de 2022 em suas informações trimestrais individuais e consolidadas usando o expediente pratico de defasagem de 30 dias para a data base da controladora Log-in. Eventuais eventos subsequentes relevantes ocorridos na controlada foram avaliados pela diretoria e contemplados quando aplicáveis. Nesse sentido, não foram refletidos nessas informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022 potenciais efeitos contábeis dos resultados advindos da aquisição da Tecmar.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

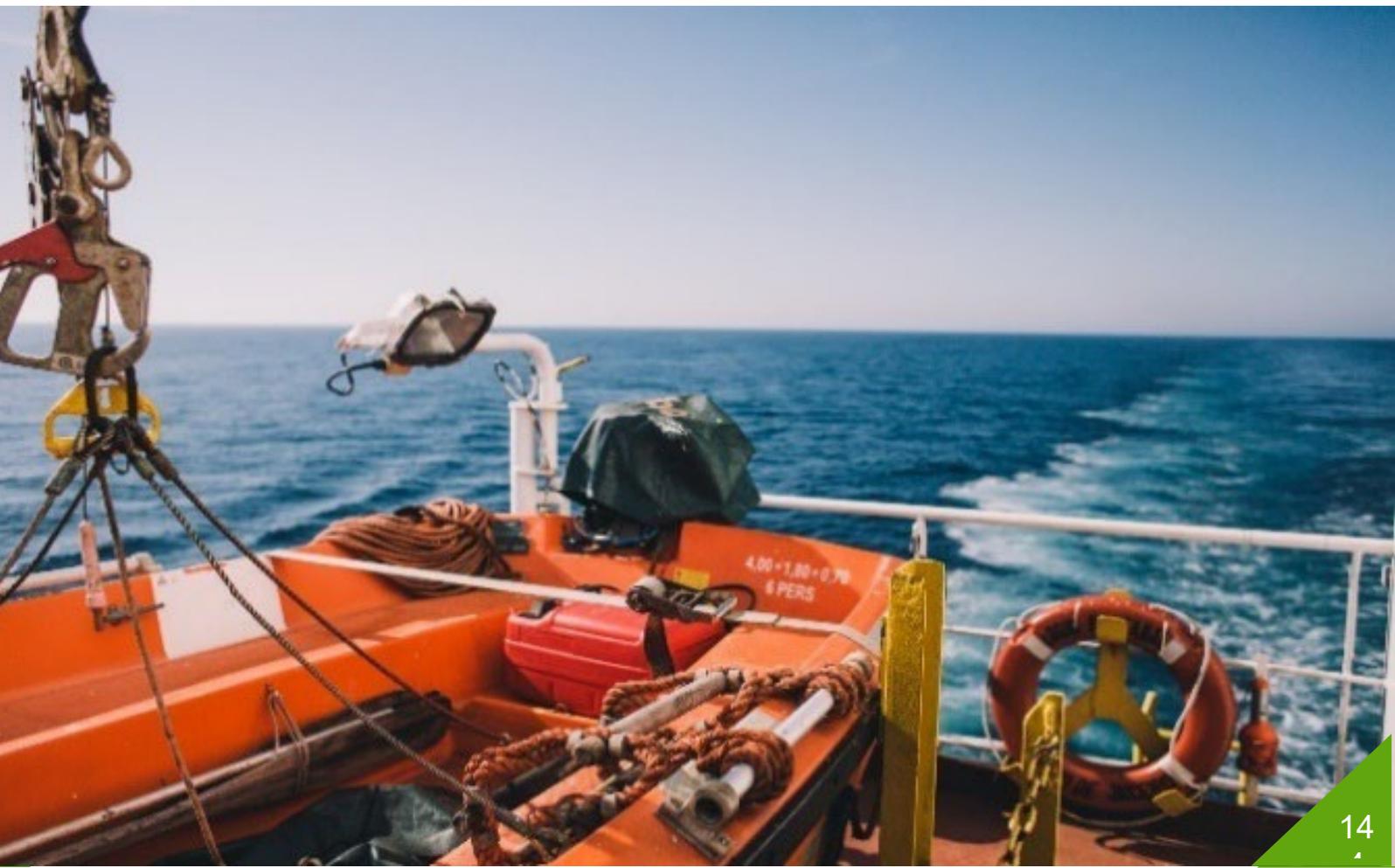
A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes, a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem. Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. Nesses ativos foram considerados pela Companhia os efeitos contábeis da aquisição Tecmar.

O Terminal Portuário (“Terminal de Vila Velha - TVV”) além de fazer parte das soluções logísticas integradas da Companhia, passou a operacionalizar cada vez mais cargas gerais, principalmente relacionadas a novos negócios, posicionando-se cada vez mais como terminal multipropósito. Com esta mudança ocorrida, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas pelo Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da mesma para o período findo em 31 de março de 2022 considera essa intermodalidade dos serviços prestados como dois segmentos operacionais, os quais são:

- Soluções Logísticas Integradas; e
- Terminal Portuário.

Com a aquisição da Tecmar, o serviço de transporte rodoviário prestado pela controlada, está enquadrado como soluções logísticas integradas da Companhia, em sinergia a intermodalidade desse segmento.

O principal tomador de decisões da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional, com exceção dos empréstimos, financiamentos e debêntures. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



■ Informações sobre resultado por segmento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de março de 2022			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>				
Receita líquida	325.927	77.106	(14.593)	388.440
Custo dos serviços prestados	(249.236)	(49.261)	14.593	(283.904)
LUCRO BRUTO	76.691	27.845	-	104.536
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	14.772	-	-	14.772
Despesas administrativas e comerciais	(26.343)	(6.244)	-	(32.587)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.317)	(132)	-	(4.449)
Resultado de equivalência patrimonial	49.411	-	(49.411)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	110.214	21.469	(49.411)	82.272
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	9.885	3.954	(1.352)	12.487
Despesas financeiras	(36.779)	(12.313)	1.352	(47.740)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23.868	(277)	-	23.591
	(3.026)	(8.636)	-	(11.662)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	107.188	12.833	(49.411)	70.610
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	(4.290)	(3.270)	-	(7.560)
Diferido	(2.356)	(395)	-	(2.751)
	(6.646)	(3.665)	-	(10.311)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	100.542	9.168	(49.411)	60.299

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	31 de março de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
<i>Operações continuadas</i>				
Receita líquida	251.802	59.775	(14.862)	296.715
Custo dos serviços prestados	(226.695)	(34.473)	14.862	(246.306)
LUCRO BRUTO	25.107	25.302	-	50.408
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	11.909	-	-	11.909
Despesas administrativas e comerciais	(18.705)	(3.101)	-	(21.806)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.606	(348)	-	1.258
Resultado de equivalência patrimonial	1.490	-	(1.490)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	21.407	21.853	(1.490)	41.769
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	4.577	383	(677)	4.283
Despesas financeiras	(27.468)	(1.863)	677	(28.654)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(44.132)	386	-	(43.746)
	(67.023)	(1.094)	-	(68.117)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(45.616)	20.759	(1.490)	(26.348)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	(1.507)	(7.141)	-	(8.648)
Diferido	14.414	(688)	-	13.726
	12.907	(7.829)	-	5.078
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(32.709)	12.930	(1.490)	(21.270)

RECEITA DE FRETES E DE SERVIÇOS

	31 de março de 2022			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	350.078	-	(14.114)	335.964
Receita de serviços	9.394	85.998	(479)	94.913
Receita bruta	359.472	85.998	(14.593)	430.877
Impostos sobre as receitas	(33.545)	(8.892)	-	(42.437)
Receita líquida	325.927	77.106	(14.593)	388.440

	31 de março de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Receita de fretes	269.098	-	(13.935)	255.163
Receita de serviços	8.832	65.652	(927)	73.557
Receita bruta	277.930	65.652	(14.862)	328.720
Impostos sobre as receitas	(26.128)	(5.877)	-	(32.005)
Receita líquida	251.802	59.775	(14.862)	296.715

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31 de março de 2022			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(40.756)	(13.632)	-	(54.388)
Material	(3.739)	(1.640)	-	(5.379)
Óleo combustível e gases	(33.367)	(1.256)	-	(34.622)
Afretamento, locações e arrendamento	(45.943)	(6.866)	14.593	(38.216)
Serviços contratados	(114.597)	(27.355)	-	(141.952)
Depreciação e amortização	(27.474)	(4.469)	-	(31.944)
Outros	(9.703)	(287)	-	(9.990)
	(275.579)	(55.505)	14.593	(316.491)

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	31 de março de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Pessoal, encargos e benefícios	(36.623)	(10.516)	-	(47.139)
Material	(5.178)	(1.531)	-	(6.709)
Óleo combustível e gases	(25.103)	(817)	-	(25.920)
Afretamento, locações e arrendamento	(52.312)	(4.340)	14.862	(41.790)
Serviços contratados	(94.515)	(16.943)	-	(111.458)
Depreciação e amortização	(25.553)	(3.403)	-	(28.956)
Outros	(6.116)	(24)	-	(6.140)
	(245.400)	(37.574)	14.862	(268.112)

■ Informações sobre área geográfica

ATIVO NÃO CIRCULANTE

	31 de março de 2022			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	2.102.258	287.141	(769.291)	1.620.108
Áustria	222.170	-	-	222.170
Outros países*	798	-	-	798
Ativo não circulante total	2.325.226	287.141	(769.291)	1.843.076

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.599.536	273.129	(627.106)	1.245.559
Áustria	227.360	-	-	227.360
Outros países	848	-	-	848
Ativo não circulante total	1.827.744	273.129	(627.106)	1.473.767

PASSIVO

	31 de março de 2022			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.195.670	243.815	-	1.439.485
Empréstimos, financiamentos e debêntures totais	1.195.670	243.815	-	1.439.485
Passivo circulante	198.946	25.297	-	224.243
Passivo não circulante	996.724	218.518	-	1.215.242

	31 de dezembro de 2021			
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	1.259.753	234.156	-	1.493.909
Empréstimos, financiamentos e debêntures totais	1.259.753	234.156	-	1.493.909
Passivo circulante	176.104	20.780	-	196.884
Passivo não circulante	1.083.649	213.376	-	1.297.025

RECEITA BRUTA E LÍQUIDA

31 de março de 2022				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	201.505	51.468	(10.180)	242.793
Argentina	61.530	-	(176)	61.354
Suíça	25.812	19.016	-	44.828
Áustria	14.148	-	(4.238)	9.910
Dinamarca	4.255	5.443	-	9.698
Alemanha	6.188	194	-	6.382
França	5.534	3.853	-	9.387
Israel	2.127	263	-	2.390
China	4.791	3.530	-	8.321
Itália	-	1.760	-	1.760
Outros países	33.582	471	-	34.053
Receita bruta	359.472	85.998	(14.593)	430.877
Impostos sobre as receitas	(33.545)	(8.892)	-	(42.437)
Receita líquida	325.927	77.106	(14.593)	388.440

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

31 de março de 2021				
	Soluções Logísticas Integradas	Terminal Portuário	Eliminação	Consolidado
Brasil	180.899	29.028	(14.653)	195.274
Argentina	56.746	-	(208)	56.538
Suíça	14.551	15.791	-	30.342
França	3.476	5.749	-	9.225
Alemanha	7.450	3.211	-	1.661
Dinamarca	2.838	8.044	-	10.882
China	643	1.406	-	2.049
Israel	1.547	1.236	-	2.783
Outros países	9.780	1.187	-	10.966
Receita bruta	277.930	65.652	(14.862)	328.720
Impostos sobre as receitas	(26.128)	(5.877)	-	(32.005)
Receita líquida	251.802	59.775	(14.862)	296.715

*Por não serem individualmente representativas, as informações financeiras provenientes de operações em países estrangeiros, com exceção da Áustria, estão sendo divulgadas em conjunto.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia e suas controladas classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

Em decorrência da aquisição da Tecmar, a Companhia está apresentando em sua demonstração de fluxo de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2022, o impacto líquido de caixa pela aquisição da controlada no montante de R\$23.311.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas informações financeiras, estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2022, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações à IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Referência aos arrendamentos na COVID-19 e a reforma da taxa de juros (fase 2);
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Referência ao Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020 - Alterações à IFRS 1(CPC 37) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas informações financeiras de 31 de março de 2022 e exercícios comparativos.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros;
- Alterações ao IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro;
- Alterações ao IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) e ao IFRS 2 (CPC 10) - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.

A Administração não espera que a adoção da norma acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas informações financeiras intermediárias estão apresentados nas seguintes notas explicativas e consideram a não existência de mudanças para as informações financeiras intermediárias comparativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas (“PCE”) em contas a receber	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados	12
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as transações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>Hedge Accounting</i>	18
Remuneração baseada em ações	20

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada através do método de juros efetivos;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	67.135	67.934	7.468	5.722
Aplicações financeiras	149.738	148.364	25.686	21.900
	216.873	216.298	33.154	27.622

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 104,2% do CDI e em debêntures compromissadas vinculadas ao CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 85% do CDI.

Composição das aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Custo amortizado	-	773	-	-
Valor justo por meio do resultado	343.432	390.243	324.114	370.930
	343.432	391.016	324.114	370.930
Circulante	343.432	390.243	324.114	370.930
Não circulante	-	773	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em CDB, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 103,4% do CDI (103,8% em 31 de dezembro de 2021).

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$343.432, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e destinadas à expansão estratégica da Companhia. Sendo assim, no julgamento da administração estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia e suas controladas. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. Ao mensurar a Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam em premissas econômicas e como essas irão afetar potenciais riscos de perda por inadimplência em suas operações.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, sendo uma estimativa da inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. O histórico de perdas de valores a receber de clientes é inferior a 1% da receita anual nos últimos exercícios comparativos.

A Companhia e suas controladas (incluindo a Tecmar) constituíram provisão (PCE) para todas as contas a receber glosadas e valores decorrentes de serviços adicionais (custos extras) vencidos há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Contas a receber de clientes	292.636	222.383	164.266	165.137
Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.916)	(7.738)	(7.909)	(7.741)
	283.720	214.645	156.357	157.396

“Aging list” do contas a receber de clientes	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Valores a vencer	226.283	167.595	115.706	120.333
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	25.031	20.551	17.235	16.481
De 31 a 90 dias	12.727	9.608	9.672	7.438
De 91 a 180 dias	16.566	14.696	11.569	12.401
De 181 a 360 dias	8.830	8.222	8.136	7.597
Acima de 360 dias	3.199	1.711	1.948	887
	292.636	222.383	164.266	165.137

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Saldos iniciais	(7.740)	(7.014)	(7.740)	(6.887)
Adições	(669)	1.628	338	1.909
Baixas (reversões) em contas a receber	(507)	(2.352)	(507)	(2.762)
Saldos finais	(8.916)	(7.738)	(7.909)	(7.740)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

	Controladora			
	31.03.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	29.304	69.015	24.659	66.730
Log-In Mercosur (b)	5.355	878	6.189	703
Log-In International GmbH. (c)	68.811	12.553	80.602	12.776
Log-In Uruguay (d)	342	1.423	363	1.626
Log-In Navegação (e)	11.957	9.862	10.938	6.327
Log-In Marítima (f)	14.219	21.824	10.579	17.262
	129.988	115.555	133.330	105.424
Circulante	63.368	77.243	55.305	68.055
Não circulante	66.620	38.312	78.025	37.369

Os saldos ativos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- Dividendos a receber junto ao TVV no montante de R\$20.319, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.668 e reembolso de despesas no valor de R\$7.317, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.
- Dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$1.222, R\$3.161 de serviço de limpeza de contêiner e outros serviços no valor de R\$972, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Mútuos concedidos no montante de R\$66.622 correspondente a US\$14.061, com encargos equivalentes a 2% a.a. mais taxa libor, com vencimento em 31 de dezembro de 2026, e reembolso de despesas no valor de R\$2.189, transação essa sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Valores a receber junto a Log-in Uruguay decorrentes de reembolsos de despesas administrativas, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas no valor de R\$1.550 e reembolso de despesas no valor de R\$10.407, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- Dividendos a receber junto à Log-In Marítima no montante de R\$1.833, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$595, e conta corrente com controlada referente a despesas com embarcação Log-In Polaris no valor de R\$11.791, transações essas sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.

Os saldos passivos com partes relacionadas se referem, basicamente, às seguintes transações:

- Mútuos no montante de R\$38.312, com encargos equivalentes a 104% do CDI e valores a pagar no montante de R\$30.703 referente à movimentação de carga e descarga de contêineres, sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

- b) Serviços de operações portuárias no valor de R\$378 e comissão de vendas no valor de R\$308, sem incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento, despesas administrativas no valor de R\$ 192.
- c) Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- d) Reembolso de despesas administrativas, sem a incidência de juros/atualização monetária e/ou cambial e prazo de vencimento.
- e) Valores a pagar referentes ao afretamento embarcação com a controlada no montante de R\$9.862, sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.
- f) Valores a pagar referentes ao afretamento embarcação com a controlada, no montante de R\$21.824 sem a incidência de juros/atualização monetária e prazo de vencimento.

As transações da Companhia com partes relacionadas registradas nos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021 totalizam os montantes a seguir:

	Controladora			
	31.03.2022		31.03.2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	(3.954)	-	(3.641)
Log-In International GmbH	410	(1.806)	552	(1.836)
Terminal de Vila Velha S.A - TVV	-	(1.918)	3	(1.384)
Log-In Mercosur S.R.L	282	(77)	83	(57)
Log-In Uruguay	-	-	-	(7)
Log-In Marítima	-	(4.843)	-	(4.594)
	692	(12.598)	638	(11.519)

Transações com partes relacionadas – por natureza	Controladora			
	31.03.2022		31.03.2021	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	282	(11.655)	86	(11.258)
Receitas financeiras	410	-	552	-
Despesas Financeiras	-	(943)	-	(261)
	692	(12.598)	638	(11.519)

O saldo de mútuo com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no período findo em 31 de março de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Captação, líquida IOF	Encargos financeiros	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/03/2022
Mútuos com controladas	37.369	-	943	-	38.312

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmbH teve a seguinte movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Encargos financeiros e variação cambial	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/03/2022
Mútuos com controladas	78.025	(11.405)	-	66.620

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Remuneração e bônus	2.321	1.803	2.321	1.803
Plano de opção de ações	634	1.431	634	1.431
	2.955	3.234	2.955	3.234

Em atendimento ao CPC 05(R1) – IAS 24, com a aquisição indireta do controle acionário da Companhia pela MSC Mediterranean Shipping Company S.A (“MSC”) em 21 de janeiro de 2022, através da subsidiária integral SAS Shipping Agencies Services Sàrl, as transações entre a Companhia e suas controladas e a MSC referentes as receitas de fretes e serviços e ao contas a receber totalizam os montantes de R\$39.070 e R\$9.456, respectivamente, em 31 de março de 2022

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Imposto e renda e contribuição social (a)	25.957	23.810	8.657	7.002
PIS e COFINS	10.977	14.980	1.208	3.814
PIS e COFINS - Armadores estrangeiros (b)	375	1.629	-	-
PIS e COFINS - Exclusão de ICMS da base de cálculo (c)	44.528	44.528	44.528	44.528
Outros	2.961	3.166	2.187	2.116
	84.798	88.113	56.580	57.460
Circulante	42.695	52.462	14.477	21.809
Não circulante	42.103	35.651	42.103	35.651

- (a) Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento do recurso extraordinário nº 1063187, com repercussão geral, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a receita correspondente à Selic devida na recuperação de créditos fiscais recolhidos indevidamente pelo contribuinte, fixando a tese de que “é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário” (Tema 962, STF). O julgamento de mérito se deu de forma unânime, não havendo pontos relevantes de dúvida sobre a aplicação do precedente e o histórico recente do STF sobre a modulação dos efeitos de decisões em repercussão geral indica que o direito à restituição é garantido aos contribuintes que ingressaram com a ação antes da data do referido julgamento. A Companhia e sua controlada TVV - Terminal de Vila Velha S.A. ingressaram com mandados em período anterior ao julgamento do recurso extraordinário nº 1063187 pelo STF.

Com base nos fatos acima, a Companhia reavaliou a expectativa de desfecho da discussão tributária, concluindo, na forma do ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro/IFRIC 23 ser provável que o tratamento fiscal de exclusão dos valores da Selic devidos na recuperação de créditos tributários de IRPJ e CSLL recolhidos indevidamente sejam aceitos pela fiscalização, garantindo o respectivo reconhecimento contábil na sua controlada TVV no montante total de R\$15.432, sendo R\$11.347 de IRPJ e R\$4.085 CSLL, ambos os créditos referentes a pagamentos de tributos indevidos, em contrapartida do imposto de renda e contribuição social corrente do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021.

- (b) Refere-se a valores a recuperar em sua controlada TVV decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. A Companhia e sua controlada TVV vêm realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de indébitos fiscais. A controlada TVV durante o exercício findo em 31 de março de 2022 consumiu esses tributos a recuperar no montante de R\$35.416 com suas operações correntes e correspondentes tributos a pagar.
- (c) Refere-se a valores a recuperar decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) oriundas da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal, com base no Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 ajuizado pela Log-In em 17 de novembro de 2006. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visavam (i) que lhe fosse assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que fosse reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor dos contribuintes, fixando a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS. Em 13/05/2021, o STF julgou um recurso apresentado pela União no referido processo esclarecendo que é o ICMS destacado na nota fiscal que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS; modulando os efeitos para restringir a decisão apenas às empresas que tiverem ajuizado ações sobre a matéria até o dia 15/03/2017.

No segundo semestre de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (“TRF2”) que aplicou o mesmo entendimento fixado pelo STF no Mandado de Segurança da Companhia, garantindo o direito ao crédito tributário e seu respectivo reconhecimento contábil no montante total de R\$44.528, sendo R\$26.883 de principal e R\$17.645 de atualização monetária registrados em contrapartida do resultado em 30 de setembro de 2021. Até a data de 31 de março de 2022 a Companhia ainda não efetuou compensações desses créditos de PIS e COFINS.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - “AFRMM”

Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufer 8% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante - FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia. Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do período, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção para investimentos.

Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021
Balço patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	20.274	17.064
AFRMM a aplicar	17.393	16.651
	37.667	33.715
Circulante	20.274	17.064
Não circulante	17.393	16.651

Segue a movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022:

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021
Saldo inicial	33.715	31.718
Adições/receita	14.772	57.270
Transferência para conta corrente	(10.740)	(50.801)
Direitos econômicos do precatório (a)	-	(4.016)
Outros	(80)	(456)
Saldo final	37.667	33.715

- (a) Em março de 2006, a Companhia ajuizou ação por meio da qual questionou judicialmente o indeferimento pelo Departamento da Marinha Mercante (DMM) de pedidos de ressarcimento de AFRMM referentes aos anos de 2004 a 2006. Em junho de 2018, foi proferida decisão favorável à Log-In com o reconhecimento do direito ao ressarcimento do AFRMM referente a estes pedidos com determinação para pagamento dos ressarcimentos direto na conta vinculada da empresa. Ocorre que a União Federal, por meio da Advocacia Geral da União - AGU, ajuizou ação rescisória questionando a decisão favorável à Log-In, sob argumento de que o pagamento deveria se dar pela sistemática de precatórios, pedido acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª região. Nessa ocasião, a União reconheceu como devido o ressarcimento no valor de R\$28.541, permanecendo em discussão o valor de R\$3 milhões. Em maio de 2019, foi expedido o precatório no valor atualizado de R\$29.144, reconhecido como devido pela União Federal. Considerando a previsão de que os precatórios expedidos até dezembro de 2019 somente seriam pagos a partir do segundo semestre de 2020, a Companhia cedeu os direitos econômicos do precatório, recebendo do adquirente dos direitos econômicos o montante de R\$20.984 em maio de 2019, reconhecendo uma perda de R\$8.160 nessa operação naquele exercício. Em julho de 2021, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou o pagamento do valor remanescente do AFRMM judicializado, determinando o pagamento imediato de R\$4 milhões.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2022 baseia-se em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de containers e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as informações financeiras intermediárias consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	70.644	(26.347)	59.037	(34.421)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(24.019)	8.958	(20.073)	11.703
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	5.023	4.049	5.023	4.049
Resultado de equivalência	-	-	16.800	507
Créditos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos	(3.893)	(2.237)	(4.743)	(1.151)
Efeitos de Arredamento Mercantil - CPC 06(R2)	3.488	(3.811)	3.330	(2.907)
Crédito presumido de ICMS	949	783	949	783
Outros	8.141	(2.664)	(30)	155
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(10.311)	5.078	1.256	13.139
Corrente	(7.560)	(8.648)	(29)	-
Diferido	(2.751)	13.726	1.285	13.139

Composição tributos diferidos

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	190.010	190.010	175.671	175.671
Diferenças temporárias (a)	52.441	67.079	40.063	50.298
	242.451	257.089	215.734	225.969
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	27.959	8.417	-	-
	27.959	8.417	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa. Essas quando atingem um nível de créditos fiscais diferidos ativos não realizados com base nas projeções de realização da Administração deixam de ser reconhecidas (e posteriormente são revisadas anualmente para potencial avaliação de se tornarem realizáveis).
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente, à recuperação (outras receitas) de indébitos fiscais tributadas conforme compensação dos respectivos créditos tributários (TVV), depreciação acelerada de embarcação nas empresas de navegação e as mais e menos valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de combinação de negócios Tecmar.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporais ocorridas até 31 de março de 2022, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ano	Consolidado	Controladora
	31.03.2022	31.03.2022
2022	12.505	4.895
2023	11.311	6.064
2024	13.286	7.789
2025	22.581	16.973
2026	24.794	22.039
2027-2029	88.445	88.445
2030-2031	69.529	69.529
	242.451	215.734

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) preparados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança são:

- Premissas operacionais e econômicas que levaram em consideração uma operação com uma frota de sete embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem, além do pedido de construção de 2 embarcações com previsão de entrega para dez-23 e jun-24 (conforme descrito na nota explicativa nº 02);
- O projeto de modernização do TVV possibilitará uma otimização operacional no porto de Vila Velha e maior sinergia operacional e comercial com as soluções de logística integradas da Companhia.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de março de 2022, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	827.675	206.919	790.355	197.589
CSLL	827.675	74.491	790.355	71.132
Total		281.410		268.721

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Política contábil

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações	% de participação
Log-In International GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	43.358.717	99,999 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,999 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90
Tecmar Transportes Ltda (g)	Transporte rodoviário	44.143.902	100,00

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

2) 0,001% detidos pelo TVV.

a) Log-In International GmbH (“GmbH”)

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. (“Log-In Mercosur”)

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou assessorias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”)

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no início de 2021 o TVV assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES pelo prazo de 180 dias, onde a subsidiária TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

g) Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”)

Empresa sediada no Brasil, que atua no transporte rodoviário nacional, municipal e internacional de cargas e encomendas, armazém geral, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. Opera também na organização logística de distribuição em nome próprio, de terceiros, consignatários ou expedidor além de atuar como operador logístico, administração e controle de estoque. Chamamos atenção a transação de combinação de negócios divulgada na nota explicativa nº 1.1 e seus reflexos contábeis no trimestre de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Log-in na nota explicativa nº 3.4.

Movimentação financeira das sociedades controladas

	31.03.2022				31.12.2021			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período
Log-In Internacional GmbH	282.256	83.811	198.445	21.924	278.637	102.116	176.521	12.436
Log-In Mercosur S.R.L.	20.262	8.356	11.906	2.360	20.764	8.605	12.159	6.568
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.535	451	2.084	680	2.868	541	2.327	520
Log-In Navegação Ltda.	233.964	184.337	49.627	12.356	242.816	209.413	33.403	(20.683)
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	208.876	38.104	170.772	3.070	199.780	32.078	167.702	3.024
Terminal de Vila Velha S.A.	516.452	387.566	128.886	9.206	510.262	390.546	119.716	83.777
Tecmar Transportes Ltda.	145.557	79.873	65.684	-	-	-	-	-

Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-MAR	TVV	Log-NAV	Tecmar	Total
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.446	1.346	166.512	158.540	(7.279)	-	376.093
Equivalência patrimonial	(8.339)	2.636	(246)	(341)	12.919	(5.140)	-	1.489
Aumento de capital	114.554	-	-	-	-	2.550	-	117.104
Ganho(perda) hedge	-	-	-	-	-	(800)	-	(800)
Ajustes de conversão	-	6	513	-	-	-	-	519
Saldos em 31/03/2021	155.743	10.088	1.613	166.171	171.459	(10.669)	-	494.405
Saldos em 31/12/2021	176.521	11.430	2.328	167.702	119.598	33.404	-	510.983
Equivalência patrimonial	21.924	2.218	680	3.070	9.160	12.356	-	49.408
Reserva de hedge	-	-	-	-	-	3.867	-	3.867
Patrimônio líquido adquirido	-	-	-	-	-	-	38.072	38.072
Mais-valia de imobilizado	-	-	-	-	-	-	107.862	107.862
Mais-valia de não competição	-	-	-	-	-	-	1.150	1.150
Menos-valia de contingências	-	-	-	-	-	-	(14.483)*	(14.483)
Tributos diferidos sobre mais/menos valia	-	-	-	-	-	-	(32.140)	(32.140)
Ágio em investimentos	-	-	-	-	-	-	2.303	2.303
Ajustes de conversão	-	(2.453)	(924)	-	-	-	-	(3.377)
Saldos em 31/03/2022	198.445	11.195	2.084	170.772	128.758	49.627	102.764	663.645

*Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

12. IMOBILIZADO

Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência das suas idades, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Em 31 de março de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Bens em operação:					
Embarcações	5%	749.154	749.154	164.571	164.571
Edificações e instalações	6%	106.789	104.102	14.048	12.985
Máquinas e equipamentos	7%	154.655	80.854	4.693	4.693
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	88.702	88.702	80.767	80.767
Móveis e utensílios	10%	10.608	8.584	4.451	4.451
Equipamentos de processamento de dados	20%	47.892	41.375	21.288	21.099
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	14.718	14.718	11.015	11.015
Veículos	20%	254.232	453	96	96
Outros bens	20%	1.172	1.147	748	748
		1.427.922	1.089.089	301.677	300.425
Imobilizações em curso		191.289	254.490	113.777	108.126
Imobilizado custo		1.619.211	1.343.579	415.454	408.551
Depreciação acumulada		(590.867)	(450.354)	(186.103)	(180.312)
Imobilizado líquido		1.028.344	893.225	229.351	228.239

Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2020	628.967	96.420	79.912	88.472	64.624	56.951	1.015.346	340.174
Adições	119.577	-	-	-	-	245.519	365.096	102.992
Transferências	611	7.828	3.131	230	2.033	(13.833)	-	-
Baixas	-	(146)	(2.189)	-	(380)	(34.147)	(36.862)	(34.614)
Saldos em 31/12/2021	749.155	104.102	80.854	88.702	66.277	254.490	1.343.580	408.552
						13.851	13.851	7.279
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições por aquisição de controlada Tecmar	-	362	2.281	-	149.425	2.557	154.625	-
Mais-valia do ativo imobilizado	-	-	-	-	107.862	-	107.862	-
Transferências	-	2.325	71.520	-	5.057	(79.609)	(707)	(375)
Saldos em 31/03/2022	749.155	106.789	154.655	88.702	328.621	191.289	1.619.211	415.456
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2020	(183.860)	(37.746)	(61.972)	(51.133)	(47.167)	-	(381.878)	(157.547)
Adições	(45.717)	(4.606)	(3.306)	(12.824)	(4.041)	-	(70.494)	(22.766)
Baixas	-	55	1.594	-	369	-	2.018	-
Saldos em 31/12/2021	(229.577)	(42.297)	(63.684)	(63.957)	(50.839)	-	(450.354)	(180.313)
Adições	(11.179)	(1.012)	(1.204)	(3.161)	(1.049)	-	(17.605)	(5.792)
Adições por aquisição da controlada Tecmar	-	(232)	(1.426)	-	(121.250)	-	(122.908)	-
Saldos em 31/03/2022	(240.756)	(43.541)	(66.314)	(67.118)	(173.138)	-	(590.867)	(186.105)
Total	508.399	63.248	88.341	21.584	155.483	191.289	1.028.344	229.351

As principais imobilizações em curso em 31 de março de 2022 são:

- R\$70.744 decorrentes da construção das duas novas embarcações (CHB2019 e CHB2020);
- R\$81.556 decorrentes de docagens de navios próprios;
- R\$3.893 decorrentes do projeto de Renovação do TVV; e
- R\$16.000 decorrentes de projetos de melhorias operacionais da frota.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, conseqüentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos líquida do valor da indenização a receber, como segue:

Descrição	Consolidado e Controladora			
	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236) ^(a)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

(a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a empresa entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Companhia no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial.

Como consequência, em 30 de setembro de 2021 foi efetuada a baixa deste saldo residual dessas imobilizações em curso, tendo como contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

13. INTANGÍVEL

▪ **Política contábil**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis em desenvolvimento (sistemas) são as aplicações dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de sistemas ou aprimoramento substancial, antes do início do seu uso, caracterizado conforme referido no CPC 04 (R1). Após a finalização do projeto e a sua disponibilidade para obter os benefícios gerados pela Companhia, é reconhecido no seu montante total como ativo intangível (sistemas) e amortizado a partir desta data.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Composição

	Consolidado				Controladora
	Sistemas	Ágio em Investimentos	Não competição	Total	Total
Custo					
Saldos em 31/12/2021	129.157	-	-	129.157	118.321
Adições	8.346	-	-	8.346	5.908
Adições por aquisição de controlada Tecmar	971	-	-	971	-
Ágio por aquisição de controlada	-	2.303	-	2.303	-
Mais-valia do intangível por aquisição de controlada Tecmar	-	-	1.151	1.151	-
Saldos em 31/03/2022	138.474	2.303	1.151	141.928	124.229
Intangível em desenvolvimento	3.735	-	-	3.735	3.377
Saldos em 31/03/2022	142.209	2.303	1.151	145.663	127.606
Amortização acumulada					
Saldos em 31/12/2021	(107.865)	-	-	(107.865)	(99.858)
Adições	(2.050)	-	-	(2.050)	(1.686)
Adições por aquisição de controlada	(129)	-	-	(129)	-
Saldos em 31/03/2022	(110.044)	-	-	(110.044)	(101.544)
Total	32.165	2.303	1.151	35.619	26.062
Taxa média de amortização	20%				

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de março de 2022 são:

- R\$1.479 relativos a sistemas de suporte administrativo (*Back Office*), plataformas comerciais e de relacionamento com clientes;
- R\$1.659 relativos a sistema ERP.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante não circulante de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado							Controladora
	Equipamentos containers	Imóveis de escritório	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamentos portuários	Embarcações	Total	Total
Custo								
Saldos em 31.12.2021	179.572	21.925	73.097	19.763	7.021	33.876	335.254	223.111
Adições	5.884	258	8.090	-	9.649	-	23.881	7.964
Ativos adquiridos com aquisição de controlada Tecmar	-	26.324	-	-	-	-	26.324	-
Saldos em 31.03.2022	185.456	48.507	81.187	19.763	16.670	33.876	385.459	231.075
Amortização acumulada								
Saldos em 31.12.2021	(80.793)	(8.825)	(3.378)	(11.046)	(6.716)	(7.476)	(118.234)	(102.515)
Adições	(7.880)	(852)	(674)	(1.037)	(1.423)	(423)	(12.289)	(9.921)
Saldos em 31.03.2022	(88.673)	(9.677)	(4.052)	(12.083)	(8.139)	(7.899)	(130.523)	(112.436)
	96.783	38.830	77.135	7.680	8.531	25.977	254.936	118.639
Taxas médias de amortização	22,89%	43,03%	3,57%	20,00%	22,22%	5,00%		

Composição das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.03.2022	31.03.2022
Equipamentos de contêineres	100.563	100.563
Imóveis de escritório	38.568	12.244
Terminal portuário	82.945	-
Imóvel em terminal portuário	5.103	9.002
Equipamentos portuários	8.608	1.625
Embarcações (a)	10.263	-
	246.050	123.434

- (a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In International GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bailrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes em Euros 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais “pro rata” pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In International GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de “Sale lease back”, firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bailrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In International GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In International GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.03.2022	31.03.2022
Movimentação		
Saldo em 31.12.2021	219.989	134.775
Adição	23.881	7.965
Passivos assumidos com aquisição de controlada	26.324	-
Juros e variação cambial no período	(5.920)	(5.706)
Pagamentos no período	(18.224)	(13.600)
Saldo em 31.03.2022	246.050	123.434
Circulante	47.539	34.392
Não circulante	198.511	89.042

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



■ Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022		31.03.2022	
2022	34.021		23.214	
2023	28.306		16.842	
2024	20.592		16.422	
2025	24.849		18.600	
2026 a 2048	138.282		48.356	
Saldo em 31.03.2022	246.050		123.434	

■ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	4.631	2.739	2.678	1.555

■ A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	11,95%
2 anos	13,22%
3 anos	17,95%
4 anos	13,62%
5 anos	16,72%
6 anos	15,74%
11 anos	15,73%
12 anos	18,00%
13 anos	15,32%
26 anos	10,00%

■ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

Fluxo de caixa	31.03.2022	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.667.955	135.224
PIS/COFINS potencial (9,25%)	154.286	12.508

■ Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação

Passivo arrendamento mercantil	2022
IFRS 16	135.224
Nota Explicativa	150.504
	11,30%
Direito de uso líquido	2022
IFRS 16	166.127
Nota Explicativa	184.899
	11,30%
Despesa financeira	2022
IFRS 16	2.147
Nota Explicativa	2.390
	11,30%
Despesa de depreciação	2022
IFRS 16	3.986
Nota Explicativa	4.436
	11,30%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido efetuada em Dólar Americano e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais se referem a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Fornecedores	110.280	114.229	57.951	48.669
Acordo Substitutivo IBAMA e MPF (a)	687	691	687	691
<u>Provisões operacionais</u>				
Gastos marítimos com transportes de containers	33.003	31.831	23.646	20.879
Gastos rodoviários	7.016	6.184	7.016	6.184
Gastos administrativos	3.295	6.854	1.707	3.773
Outros gastos operacionais	5.967	14.433	813	518
Total	49.281	59.302	33.182	31.354
	160.248	174.222	91.820	80.714
Circulante	160.248	174.222	91.820	80.714
Não circulante	-	-	-	-

(a) O passivo de R\$687 refere-se ao acordo substitutivo com IBAMA (veja nota explicativa nº 27 para mais detalhamento no trimestre) que vem sendo liquidado desde o fechamento do acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Moeda	Indexador	Taxas e encargos a.a.	Vencimento	Consolidado		Controladora	
					31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
BNDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,3%	abr/34	407.135	416.927	347.330	355.391
BNDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,3%	abr/34	347.034	418.908	287.352	346.542
Debêntures (b)	R\$	IPCA	6,86%	nov/33	253.171	243.575	-	-
Custo de emissão (b)	R\$	IPCA	6,86%	nov/33	(9.356)	(9.419)	-	-
Debêntures (c)	R\$	CDI	4,25%	mai/25	58.988	63.427	58.988	63.427
Custo de emissão (c)	R\$	CDI	4,25%	mai/25	(1.528)	(1.649)	(1.528)	(1.649)
Debêntures (d)	R\$	CDI	4,00%	mai/27	346.824	346.195	346.824	346.195
Custo de emissão (d)	R\$	CDI	4,00%	mai/27	(4.573)	(4.723)	(4.573)	(4.723)
Bradesco(e)	R\$	-	10,69% a 12,51%	ago/23	10.099	-	-	-
Randon(e)	R\$	-	15,00%	dez/22	57	-	-	-
Volkswagen(e)	R\$	-	10,03% a 13,35%	fev/24	1.626	-	-	-
Scania(e)	R\$	-	15,00%	dez/24	292	-	-	-
DAF(e)	R\$	-	15,00%	fev/27	721	-	-	-
BRQualy(e)	R\$	-	15,00%	dez/24	460	-	-	-
Itaúcard(e)	R\$	-	10,29%	dez/24	1.152	-	-	-
Safra(e)	R\$	-	10,82% a 12,28%	nov/23	312	-	-	-
Paccar(e)	R\$	-	8,16%	jul/24	1.215	-	-	-
Volvo(e)	R\$	-	15,00%	ago/27	294	-	-	-
Bradesco (f)	US\$	USD	7,63%	fev/23	6.213	-	-	-
Forfait (g)	R\$	R\$	1,00%	jun/22	19.349	20.668	19.349	20.668
					1.439.485	1.493.909	1.053.742	1.125.851
Circulante					224.243	196.884	171.027	160.464
Não circulante					1.215.242	1.297.025	882.715	965.387

- (a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$240 milhões, totalmente subscrito em abril de 2022. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021.
- (c) Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.
- (d) Em maio de 2021, a Log-In realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor total de R\$340 milhões, totalmente subscrito em junho de 2021. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos empréstimos para capital de giro da Companhia captados com os bancos Itaú, Brasil, Bradesco e Santander (letra b acima). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, constituída por 34 mil (trinta e quatro mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$10 mil (dez mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), sempre no dia 05 dos meses fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo a primeira amortização devida em 05 de maio de 2022 e a última amortização devida em 05 de maio de 2027.
- (e) Referem-se a recursos obtidos junto as instituições financeiras, Bradesco, Randon, Volkswagen, Scania, DAF, BRQualy Itaúcard, Safra, Paccar e Volvo através de consórcios para aquisição de frota de veículos referente a controlada adquirida em 2022 Tecmar.
- (f) Refere-se a recurso captado em 18 de fevereiro de 2020 no exterior (Lei 4.131/62) em dólares americanos, com valor original de R\$ 14.017 (US\$ 3.248.000) por meio do Banco Bradesco S/A, com encargos financeiros de 4,4622% a.a., a serem pagos em 36 parcelas mensais (principal + juros), com vencimento final em 13 de fevereiro de 2023 e garantias constituídas por fiança dos sócios e cessão fiduciária de direitos creditórios. Para mitigar o risco da variação cambial a Tecmar firmou contrato de Swap com o Banco Bradesco S/A na mesma data do empréstimo, de forma que a obrigação efetiva da empresa passou a ser denominada em reais e sujeita a juros pré-fixados de 7,63% a.a.
- (g) Referem-se aos valores contratados em operações de “Confirming” ou “Forfait” com os Bancos Santander e Itaú, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros para Companhia, e com isso, está passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente com os bancos

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

mencionados acima e não mais para os fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Operações de Forfait (Risco Sacado). Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, encargos moratórios de 2,53% ao mês, a ser calculado pro rata die (proporcional ao número de dias) para o Banco Santander e juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios a taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente “pro rata temporis” e multa não compensatória de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.

▪ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	31.03.2022	31.03.2022
2023	136.589	105.988
2024	183.582	141.317
2025	166.729	132.674
2026	157.991	123.950
2027 a 2034	570.351	378.786
	1.215.242	882.715

▪ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Saldo inicial	1.493.901	1.390.103	1.125.851	1.198.620
Emissão de debêntures	-	586.906	-	343.331
Passivos assumidos com aquisição de controlada	22.441	-	-	-
Custos na emissão de debêntures	(141)	(12.332)	-	(2.780)
Operações de Forfait	(1.319)	20.668	(1.319)	20.668
Variação cambial	(22.667)	25.247	(18.814)	23.565
Variação cambial - constituição de reserva de hedge	(39.769)	528	(33.874)	493
Juros e encargos Empréstimos e financiamentos	13.309	57.575	12.576	50.462
Juros e encargos pagos Empréstimos e financiamentos	(13.319)	(56.863)	(11.646)	(49.626)
Amortização principal Empréstimos e financiamentos	(19.574)	(424.536)	(15.855)	(361.789)
Juros e encargos debêntures	24.030	52.930	14.230	49.223
Amortização principal debêntures	(4.463)	(110.388)	(4.463)	(110.388)
Juros e encargos pagos debêntures	(12.944)	(35.928)	(12.944)	(35.928)
Saldo final	1.439.485	1.493.910	1.053.742	1.125.851

▪ Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes; e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 3ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Endurance; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 4ª Emissão

- 49,85% das ações do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter determinados índices ou comunicações, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro})}{\text{Serviço da Dívida do Exercício}}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Debêntures - 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado;
- Os índices são calculados ao final de cada trimestre, desde junho de 2020.

Debêntures - 4ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- Dívida Líquida/EBITDA Exceto TVV: No exercício de 2021, não superior a 4,5 com base nas informações financeiras intermediárias do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e informações financeiras intermediárias de 2021. No exercício de 2022, não superior a 4,0 com base nas informações financeiras intermediárias do exercício encerrado em 31 de março de 2022 e informações trimestrais de 2022 e a partir de 2023, não superior a 3,5x, com base nas informações financeiras intermediárias do exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior e informações trimestrais subsequentes. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil";
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa Exceto TVV não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não

Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil.

Debêntures - 1ª Emissão (TVV)

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil;
- ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas informações financeiras intermediárias da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}$. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

Financiamentos (Consórcios de veículos)

- Deferimento das instituições financeiras sobre a mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário ou da titularidade das quotas sociais da Companhia, bem como se houver a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária;
- Em caso de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos de créditos do Credor;
- Inadimplemento de quaisquer de suas obrigações, por parte da Companhia ou seu Avalista, assim como se houver requerimento de sua recuperação judicial ou falência.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.



NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log in.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

▪ Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2021	9.637	-	255	9.892	3.354
Adições	-	-	14	14	-
Passivos assumidos pela aquisição de controlada	23.063	10.740	8.034	41.837	-
Menos-valia das provisões para riscos contingenciais (a)	209.501	-	-	209.501	-
Reversões	(100)	-	-	(100)	(44)
Correção Monetária	1.022	-	-	1.022	582
Pagamentos	(2.566)	-	27	(2.539)	(2.229)
Total	240.557	10.740	8.330	259.627	1.663

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

- **Trabalhistas:** reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- **Tributárias:** demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações; e
- **Cíveis:** ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas não apresentam perdas efetivas a Companhia.

▪ Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Trabalhistas e previdenciários	159.022	141.887	56.977	51.838
Tributárias	115.866	113.102	79.079	76.803
Cíveis	33.288	37.076	28.724	32.914
	308.176	292.065	164.780	161.555

- **Trabalhistas e previdenciários:**

A empresa é parte em reclamações movidas por empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Os principais pedidos formulados nessas reclamações classificadas com chances de perda possíveis são os seguintes: Hora extra, danos morais, verbas rescisórias, diferenças salariais e adicionais.

As demandas previdenciárias envolvem a cobrança de contribuição previdenciária pela Receita Federal Brasileira sobre rubricas consideradas de natureza salarial, contribuição patronal e diferenças de alíquota do RAT.

- Tributárias: demandas judiciais e administrativas oriundas de autuações ou despachos decisórios deflagrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de determinados tributos federais e autuações fiscais envolvendo a cobrança de ICMS lavradas por alguns Estados em que a Companhia possui operações.

Dentre as demandas tributárias classificadas como possíveis, destacam-se as seguintes:

ICMS: Em 27/04/2015, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de SP para cobrança de ICMS e glosa de créditos fiscais. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração temos Mandado de Citação da Execução Fiscal nº 1528649-97.2019.8.26.0562 movida pela Procuradoria do Estado de São Paulo para cobrar o crédito tributário constituído por meio do auto de infração nº 4.057.712 emitido em dezembro de 2019. Atualmente, aguarda-se o início da fase probatória. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$10.499 em 31 de março de 2022 (R\$8.019 em 31 de dezembro de 2021).

Em 22/05/2012, a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado pelo Estado de São Paulo que tem por escopo a cobrança de ICMS incidente sobre autosserviço e glosa do crédito presumido de 20% de que trata o Convênio ICMS nº 106, por ausência de registro da opção no livro de ocorrências (RUDFTO); aplicação de multa por ausência de entrega de arquivo em meio magnético adequado; e aplicação de multa por irregularidade na escrituração fiscal (período da autuação 04/2008 a 12/2009). Em sede de primeira instância a autuação foi mantida pela fiscalização. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pela Companhia em sede de segunda instância. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$11.869 em 31 de março de 2022 (R\$11.599 em 31 de dezembro de 2021).

Em 23/03/2012, a empresa tomou ciência de Auto de Infração lavrado pelo Estado de Pernambuco que tem por objeto a cobrança de ICMS relativo aos períodos de 06/2011 a 12/2011. Em 20/05/2012, a empresa apresentou a sua impugnação, comprovando o recolhimento do tributo, apesar de ter ocorrido erro no preenchimento de obrigação acessória. Em julgamento de primeira instância publicado em 12/06/2014, a autuação foi parcialmente mantida pelos julgadores. Em 27/06/2014, a empresa protocolou recurso requerendo o cancelamento da autuação. Em 11/11/2015, foi proferida a decisão que anulou o julgamento de 1ª instância e o processo foi remetido para a realização de diligências, tendo a Companhia apresentado sua manifestação sobre o parecer final em 23/12/2015, complementada em nova manifestação protocolada em 18/05/2016. Aguarda-se novo julgamento da Impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$12.819 em 31 de março de 2022 (R\$12.417 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia também é parte em autuação envolvendo a cobrança de ICMS, devido à glosa de créditos ocorrida em função do preenchimento equivocado de obrigações acessórias no valor de R\$2.400 em 31 de março de 2022 (R\$2.379 em 31 de dezembro de 2021). O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível.

Importação de Partes e Peças com os benefícios do REB: Em 23/09/2013, a empresa tomou ciência do Auto de Infração que tem por escopo a alegação de que a empresa não teria preenchido os requisitos necessários para a fruição da isenção dos impostos federais e alíquota zero das contribuições incidentes na importação de partes e peças. Como mais recente movimento jurídico relacionado a esse auto de infração, temos a determinação pelo CARF do retorno dos autos para a DRJ/SPO para que seja proferido novo julgamento de 1ª instância (21/03/2019). O risco do processo é avaliado pelos nossos advogados externos como possível, no montante de R\$11.938 em 31 de março de 2022 (R\$11.803 em 31 de dezembro de 2021).

Compensações fiscais: Em 14 de setembro de 2012, a Companhia tomou ciência do despacho decisório que não homologou declarações de compensação apresentadas. Em 11/10/2012, a Companhia apresentou a sua Manifestação de Inconformidade em face de despacho decisório que indeferiu a compensação formalizada por meio do PER/DCOMP's 21798.25955. 310108.1.3.02-2470, referente a créditos de saldo negativo de IRPJ, relativos ao ano calendário de 2006. Em 19/11/2019, a Companhia tomou ciência do acórdão que deu parcial provimento à



manifestação de inconformidade da empresa e determinou a devolução do processo para a unidade de fiscalização de origem para que esta prossiga com a reanálise do direito creditório da empresa. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$11.764 em 31 de março de 2022 (R\$11.646 em 31 de dezembro de 2021).

Em novembro de 2019, a Companhia recebeu despacho decisório lavrado pela RFB para cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, devido à não homologação de declarações de compensação em função do erro no preenchimento de obrigações acessórias. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$4.300 em 31 de março de 2022 (R\$4.228 em 31 de dezembro de 2021).

IN 800/2007: A Companhia possui 34 processos envolvendo a cobrança de multa aduaneira referente ao suposto descumprimento dos prazos para prestação de informações no SISCOMEXSISCARGA, conforme previsto na IN nº 800/2007. O risco desses processos é avaliado como possível, no montante atualizado de R\$816 em 31 de março de 2022 (R\$864 em 31 de dezembro de 2021).

PIS/COFINS: Em 21/08/2020, a Companhia foi intimada de auto de infração lavrado pela RFB para cobrança de PIS/COFINS sobre indenização securitária. Em 2021, a referida autuação foi julgada improcedente pela RFB. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso da RFB. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$6.970 em 31 de março de 2022 (R\$6.836 em 31 de dezembro de 2021).

Em 27 de janeiro de 2017, a empresa tomou ciência de Auto de infração lavrado para exigência de PIS e COFINS sobre a receita de serviços prestados para armadores estrangeiros. Em 23 de fevereiro de 2017, a empresa apresentou impugnação em face da referida decisão. Desde então, a empresa aguarda o julgamento da impugnação. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$6.413 em 31 de março de 2022 (R\$6.349 em 31 de dezembro de 2021).

Em janeiro de 2020, a Companhia foi intimada de auto de infração para cobrança da contribuição sobre receitas de serviços prestados para armadores estrangeiros. No momento, a Companhia aguarda o julgamento de sua defesa administrativa. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$4.918 em 31 de março de 2022 (R\$4.863 em 31 de dezembro de 2021).

Em novembro de 2019, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela RFB para cobrança de multa isolada, devido à suposta prestação de informações inexatas, incompletas ou omitidas na Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), exigida nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779/99, ensejando na aplicação de multa. O risco do processo é avaliado pelos assessores externos da Companhia como possível, no montante atualizado de R\$4.300 em 31 de março de 2022 (R\$4.228 em 31/12/2021).

Demais processos: A Companhia é parte em outras 26 demandas tributárias de risco avaliadas como possíveis pelos assessores externos, cujo valor individual montam de R\$256 a R\$1.794, totalizando em conjunto o montante atualizado aproximado de R\$12.373 em 31 de dezembro de 2021 (R\$15.000 em 31 de dezembro de 2021).

- Cíveis: ações indenizatórias e demandas relacionadas à acidentes e reclamações de carga.

Dentre as referidas demandas cíveis, destacam-se as seguintes:

Demanda indenizatória: Em novembro de 2017, um fornecedor de serviços de manutenção de embarcações ajuizou uma ação de cobrança com pedido de condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor atualizado de R\$6.318 sob o argumento de que a Companhia teria inadimplido determinada quantidade de parcelas. Em decisão proferida em 15/02/2021, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Serra/ES julgou a ação parcialmente procedente para indeferir totalmente o pedido de indenização por danos morais e deferir parcialmente o pedido de indenização por danos materiais, condenando a Companhia ao pagamento de R\$290. A Companhia opôs recurso de Apelação contra a referida decisão, os quais, em 31 de março de 2022, aguardam o julgamento.

LOG STAR: Em junho de 2018, o administrador judicial da Massa Falida da Log Star ajuizou ação em face da Companhia e da TBS Comercial Group com o objetivo de ver declarada a responsabilidade solidária da Companhia e da TBS Comercial Group Ltda. em relação às dívidas da Log Star, constantes de sua autofalência, e, subsidiariamente, a extensão dos efeitos da falência. A Companhia protocolou a contestação em 28/09/2018 e o processo aguarda a citação da outra empresa ré. O prognóstico do caso é possível e o valor atualizado é de R\$26.394 em 31 de março de 2022 (R\$25.445 em 31 de dezembro de 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Capital social

	31.03.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações e respectivo percentual			
	ON	%	ON	%
SAS Shipping Agencies Services Sàrl	70.096.995	66,23	-	-
Alaska Investimentos Ltda.	13.599.377	12,85	48.018.499	45,37
Tarpon Capital	5.292.551	5,00	-	-
Perea Capital	-	-	10.813.300	10,22
Itaú Unibanco S.A.	-	-	5.300.000	5,01
Outros Investidores	15.633.457	14,77	40.490.581	38,26
Ações em circulação	104.622.380		104.622.380	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,15	1.218.772	1,15
	105.841.152	100,00	105.841.152	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias (“ON”), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 corresponde a R\$1.338.745 (R\$1.338.745 em 31 de dezembro de 2021); R\$1.314.852 (R\$1.314.852 em 31 de dezembro de 2021), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

log.in.

▪ Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de março de 2022 era de R\$34.357 (R\$28.763 em 31 de dezembro de 2021).

▪ Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) - com data de designação de 01 de março de 2021 - para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação será reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades contabilizadas no resultado do exercício no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos for realizada, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes será reciclado com efeitos na demonstração do resultado na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Os efeitos contábeis decorrentes em 31 de março de 2022 estão relacionados a seguir:

Consolidado							
	Indexação	Tipo de hedge	Instrumento do hedge	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o exercício
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	201.177	(493)	(1.392)	641	(1.244)
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	34.897	(35)	(150)	63	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2021			236.074	(528)	(1.542)	704	(1.366)
Log-In							
Receita	USD	Fluxo de caixa	194.315	34.367	(485)	(11.520)	22.362
Log-Nav							
Receita	USD	Fluxo de caixa	33.620	5.930	(71)	(1.992)	3.867
Saldo em 31 de março de 2022			227.935	39.769	(2.098)	(12.808)	24.863

(*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de março de 2022 de R\$4,7372

19. RESULTADO POR AÇÃO

	31.03.2022	31.03.2021
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores	60.290	(21.282)
Quantidade de ações - em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico (prejuízo) por ação	104.622	103.846
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	885	1.971
Resultado básico por ação - R\$	0,58	(0,20)
Resultado diluído por ação - R\$	0,57	(0,19)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 20).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Política contábil

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa - 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			2.190.000

2º Programa - 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa (tipo a.1)	10,07	3,54	192.874
2º Programa (tipo a.2)	10,07	4,41	192.874
2º Programa (tipo a.3)	10,07	5,18	192.871
2º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	162.127
			1.065.000

3º Programa - 2021	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
3º Programa (tipo a.1)	9,17	3,54	201.326
3º Programa (tipo a.2)	9,17	4,41	201.326
3º Programa (tipo a.3)	9,17	5,18	201.329
3º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	100.673
			906.000

Planos de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelecia as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano previa a criação de programas de forma periódica, que deveriam identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas daria ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

A Companhia possui dois Programas vigentes.

O 1º Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25/04/2019. A antecipação do exercício do 1º programa ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O 2º Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2020, e extinguir-se-á em 31 de maio de 2023.

O 3º Programa aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/07/2021, prevê a outorga de 906.000 (novecentas e seis mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia, remanescentes do 2º Programa, no qual havia sido outorgado o total de 1.971.000 opções de compra de ações. O 3º Programa extinguir-se-á em 31 de maio de 2024.

Principais características do Plano

Quantidade de ações	• 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	• 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo “A” • 40% restante serão opções de compra do tipo “B”
Carência	• As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos: (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Primeira Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções (“Primeiro Período de Carência”); (ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Segunda Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções (“Segundo Período de Carência”); (iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Terceira Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções (“Terceiro Período de Carência”);
Exercício das opções	• Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência; • Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e • Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência. Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.
Preço de exercício	• Opções do tipo “A”, preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado. • Opções do tipo “B”, preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

Movimentação das opções outorgadas

Quantidade de ações em milhares	31.03.2022	31.12.2021
Saldo inicial	885	1.971
Opções outorgadas	-	-
Opções exercidas	-	(1.065)
Opções canceladas	-	(21)
Saldo final	885	885

Em 31 de março de 2022, o percentual de opções outorgadas e ainda não exercidas ou canceladas referentes aos programas de opção de compra de ações era de 0,85% com relação ao total de ações emitidas pela Companhia (1,87% em 31 de dezembro de 2021).

Despesas no exercício com plano de opção de compra de ações

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021
Plano de opção de ações	634	1.431

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Política contábil

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação.

Contribuição pagas no exercício com plano de aposentadoria

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Contribuições pagas pela Companhia	648	530	490	388

22. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

A Companhia reconhece receita como segue:

- Soluções Logísticas Integradas:
 - Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e no Mercosul, serviços *Shuttle* que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, além de operação de transporte de veículos em navios "Roll On Roll Off";
 - Terminais intermodais (Itajaí e Guarujá): serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atuam como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade; e
 - Transporte rodoviário (Tecmar): soluções em transporte rodoviário com frota própria, centros de distribuição e armazenagem localizados nos principais centros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



Terminal Portuário:

- TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Receita de fretes	335.964	255.163	231.466	181.750
Mercado interno	182.517	158.133	174.309	152.458
Mercado externo	153.447	97.030	57.157	29.292
Receita de serviços	94.913	73.557	9.394	8.832
Mercado interno	60.277	37.141	9.112	8.832
Mercado externo	34.636	36.416	282	-
Receita bruta	430.877	328.720	240.860	190.582
Impostos sobre as receitas	(42.437)	(32.005)	(29.697)	(23.819)
Receita líquida	388.440	296.715	211.163	166.763

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Composição

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Pessoal, encargos e benefícios	(54.388)	(47.139)	(29.973)	(24.813)
Material	(5.379)	(6.709)	(1.811)	(2.775)
Óleo combustível e gases	(34.622)	(25.920)	(27.624)	(20.014)
Afretamento, locações e arrendamento	(38.216)	(41.790)	(13.306)	(11.961)
Serviços contratados	(141.952)	(111.458)	(101.029)	(83.147)
Depreciação e amortização	(31.944)	(28.956)	(17.396)	(16.768)
Outros	(9.990)	(6.140)	(4.129)	(4.318)
	(316.491)	(268.112)	(195.268)	(163.796)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(283.904)	(246.306)	(176.639)	(151.029)
Despesas administrativas e comerciais	(32.587)	(21.806)	(18.629)	(12.767)
	(316.491)	(268.112)	(195.268)	(163.796)



24. RESULTADO FINANCEIRO

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	11.891	3.034	8.904	2.922
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	410	424
Outras	596	1.249	119	1.135
	12.487	4.283	9.433	4.481
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(13.309)	(15.293)	(12.576)	(13.568)
Encargos com operações de debêntures	(24.030)	(5.848)	(14.230)	(5.848)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(6.071)		(4.658)	
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	(1.022)	(4.361)	(582)	(2.867)
Juros e comissões	(903)	124	(754)	57
Outros	(2.405)	(1.410)	(1.540)	(1.053)
	(47.740)	(28.654)	(34.340)	(24.556)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	66.512	13.006	52.476	6.751
Variações monetárias e cambiais passivas	(42.921)	(56.752)	(43.973)	(38.983)
	23.591	(43.746)	8.503	(32.232)
	(11.662)	(68.117)	(16.404)	(52.307)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de março de 2022 com a aquisição da controlada Tecmar, a Companhia passou a ter operações em instrumentos derivativos, conforme nota explicativa nº 16; em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía tais operações.

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Consolidado			
	31.03.2022		31.12.2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	216.873	216.873	216.298	216.298
Aplicações financeiras	-	-	773	773
Contas a receber de clientes	283.720	283.720	214.645	214.645
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	343.432	343.432	390.243	390.243
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	110.280	110.280	114.229	114.229
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.439.485	1.439.485	1.493.909	1.493.909
Obrigações com arrendamento mercantil	246.050	246.050	219.989	219.989

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

	Controladora			
	31.03.2022		31.12.2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	33.154	33.154	27.622	27.622
Contas a receber de clientes	156.357	156.357	157.396	157.396
Valores a receber de partes relacionadas	129.988	129.988	133.330	133.330
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	324.114	324.114	370.930	370.930
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	57.951	57.951	48.669	48.669
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.053.742	1.053.742	1.125.851	1.125.851
Obrigações com arrendamento mercantil	123.434	123.434	134.775	134.775
Valores a pagar a partes relacionadas	115.555	115.555	105.424	105.424

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

▪ Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, índices cambiais, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos em 31 de março de 2022, exceto pela implementação do *hedge accounting* de fluxo de caixa descrito na nota explicativa nº 18 (maiores detalhes para referência), cuja estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o seu resultado do período e sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana e pela aquisição da controlada Tecmar, cujo passivos assumidos de empréstimos na data de aquisição possui um derivativo contratado com vencimento em fevereiro/2023.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$347.034 (R\$418.615, em 31 de dezembro de 2021), corresponde a 24,12% (30,73% em 31 de dezembro de 2021) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

- Hedge Accounting

A Companhia também possui obrigações com arrendamento mercantil em moeda estrangeira (Dólar) no montante de R\$110.826 (R\$114.661 em 31 de dezembro de 2021) que corresponde a 45,04% (56,53% em 31 de dezembro de 2021) da obrigação com arrendamento mercantil (consolidado).

A Companhia designou a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado (“reciclagem”) no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

- Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada Tecmar contrata instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

	Valor original em 2020	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo “Swap”
Banco Bradesco	14.017	Variação cambial + 4,4622% a.a.	7,63% a.a.	13/02/2023	6.720	(6.213)	507

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Ativo				
CDI	346.124	393.667	326.806	373.581
Passivo				
TJLP	407.135	416.927	347.330	355.390
CDI	399.711	403.250	399.711	403.250

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias de minimização de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$475.226 e R\$231.693 na controladora (em 31 de dezembro de 2021, R\$475.089 e R\$304.577, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$543.989 no consolidado e de R\$543.864 na controladora (em 31 de dezembro de 2021, R\$455.297 e R\$455.181, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

login.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de março de 2022:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	129.628	107.887	12.124	8.567	741	309
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.420.136	10.411	50.657	143.825	679.180	536.063
	1.549.764	118.298	62.781	152.392	679.921	536.372

	Controladora					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	77.299	59.929	16.119	1.251	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.034.393	7.522	43.129	101.028	534.915	347.799
Partes relacionadas	115.555	77.243	-	-	38.312	-
	1.227.247	144.693	59.248	102.279	573.227	347.799

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 18) e a emissão de duas novas séries de debêntures em 2021 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021
Dívida bruta	1.438.978	1.493.909
Caixa e equivalentes de caixa	(216.873)	(216.298)
Aplicações financeiras	(343.432)	(391.016)
Dívida líquida	878.673	886.595
Patrimônio líquido Controladora	543.864	455.181
Relação dívida líquida/capital	1,6	1,9

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

▪ Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2022 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado corresponde ao seu valor justo.

▪ Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7

A Empresa apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,00 (relatório Focus de 29 de abril de 2022), TJLP 6,82% a.a. (BNDES) e CDI 13,34% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do período findo em 31 de março de 2022 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Consolidado			
	Risco	US\$	31.03.2022	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	11.373	53.881	2.982
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(73.248)	(347.034)	(19.206)
Instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	USD	48.117	227.938	12.645
Fornecedores	USD	(8.910)	(42.211)	(2.336)
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(23.392)	(110.826)	(6.133)
<i>Swap</i>	USD	(1.311)	(6.213)	(344)
Exposição líquida		(47.371)	(224.465)	(12.392)
Patrimônio líquido (reserva de <i>hedge</i>)				(12.645)
Resultado do exercício				253
	PTAX		4,74	5,00

Risco de taxa de juros	Consolidado			
	Risco		31.03.2022	Cenário Provável
				Base
Aplicações financeiras	CDI		343.432	2.370
Outros ativos (Mútuos concedidos)	CDI		2.692	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP		(407.135)	(3.013)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI		(399.711)	(2.758)
	TJLP		6,08%	6,82%
	CDI		12,65%	13,34%

26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações não envolvendo caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2022	31.03.2021
Atividades de investimento				
Arrendamento mercantil	23.881	9.064	7.964	9.064
Adições ao imobilizado em curso	(3.630)	3.427	3.579	2.460
	20.251	12.491	11.543	11.524

Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

	Consolidado					Total
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.314.852	(2.651)	219.989	1.493.909		3.026.099
Alterações que afetam caixa						
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	(30.652)		(30.652)
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(141)		(141)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(24.036)		(24.036)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(26.263)		(26.263)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(18.224)	-		(18.224)
Alterações que não afetam caixa						
Passivo assumido de empréstimos de controlada	-	-	-	21.934		21.934
Passivo assumido de arrendamento mercantil de controlada	-	-	26.324	-		26.324
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	29.333		29.333
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(41)	(5.920)	14.663		8.702
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	23.881	-		23.881
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	(39.769)		(39.769)
Saldo em 31 de março de 2022	1.314.852	(2.692)	246.050	1.438.978		2.997.188

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados conforme descrito na nota explicativa nº 16

	Controladora				Mútuo com controladas	Total
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.314.852	(2.651)	134.775	1.125.851	37.369	2.610.196
Alterações que afetam caixa						
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	(30.652)	-	(30.652)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(20.317)	-	(20.317)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(24.590)	-	(24.590)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(13.600)	-	-	(13.600)
Alterações que não afetam caixa						
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	29.333	-	29.333
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(41)	(5.706)	7.991	943	3.187
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	7.965	-	-	7.965
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	(33.874)	-	(33.874)
Saldo em 31 de março de 2022	1.314.852	(2.692)	123.434	1.053.742	38.312	2.527.648

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados conforme descrito na nota explicativa nº16.

▪ Mútuo concedido Santos Transportes

Em fevereiro de 2021, a Log-In (“Mutuante”) celebrou o contrato de mútuo para construção de terminal retro portuário com a Santos Transportes de Cargas Eireli (“Santos Transporte” ou “Mutuária), no montante de R\$3 milhões, tendo por condição a utilização, com exclusividade, da conversão do valor do empréstimo na referida construção na cidade de Santos - SP. A não observância da finalidade do mútuo, conduzirá à imediata resolução do contrato, com a obrigatoriedade de devolução integral dos valores desembolsados.

O montante será desembolsado em três parcelas iguais de acordo com os seguintes marcos contratuais:

- 1º desembolso: foi transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias da assinatura do Instrumento de Mútuo – fase pré-operacional;
- 2º desembolso: foi transferido o valor de R\$1 milhão mediante o cumprimento da segunda etapa, no prazo de até 15 dias contados da Homologação do DEPOT e atendimento dos requisitos legais; e
- 3º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias contados da obtenção das licenças IMO e ANVISA, da obtenção da certificação SASSMAQ para transporte e armazenagem e da Homologação do terminal, o que ocorrer por último.

O montante desembolsado pela Log-In está sendo pago pela Santos Transporte em 48 parcelas mensais e fixas no valor de até R\$62,5 mil, com encargos de 0,83% a.m. podendo variar de acordo com possíveis oscilações do CDI, a cada semestre, e caso esta variação seja superior a 10% para cima ou para baixo, aplicando-se a mesma variação à taxa mensal acordada, mas limitados a uma taxa máxima de 12% ao ano, pro rata die, podendo a Santos Transporte amortizar ou liquidar o débito final contraído antes do vencimento do prazo avençado, com o proporcional cálculo. Até a data desta divulgação, todas as parcelas foram liquidadas dentro dos prazos acordados, exceto as parcelas de jan/22 a abr/22, que foram renegociadas em 29 de março de 2022 para regularização dos montantes em aberto, divididos em 8 prestações, com vencimentos a partir de mai/22.

A mutuária dará como garantia do cumprimento de suas obrigações de pagamento, os ativos em alienação fiduciária relacionados a seguir:

- 12 Caminhões Volvo – ano de fabricação entre 2007 e 2013;
- 1 Caminhão Scania – ano de fabricação 2014; e
- 1 Caminhão Iveco – ano de fabricação 2010.



27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2022:

Descrição	Consolidado		
	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência
P&I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	4.737.800	8.735	20/02/2022 a 20/02/2023
P&I (Protection and Indemnity) - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitada		
P&I Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	23.689		
P&I - Mercosul Line (VSA) TCL	2.179.388		
P&I - Mercosul Line (VSA) FDD	47.378		
P&I - Mercosul Line (VSA) SOL	23.689		
P&I - TIME CHARTER - TCL	999.676		
P&I - TIME CHARTER - DTH	999.676		
P&I - TIME CHARTER - FDD	47.378		
P&I - TIME CHARTER - Bunker	4.738		
P&I - TIME CHARTER - SOL	23.689		
P&I Cobertura para containers	23.689		
Cyber	15.000		
Cobertura de Cascos de máquinas: Navios Log-In Pantanal, Log-In Jacaranda, Log-In Jatoba, Log-In Resiliente, Log-In Polaris, Log-In Discovery e Log-In Endurance	1.092.655	5.660	07/06/2021 a 07/06/2022
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	76.394	559	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Riscos Operacionais	142.134		
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	156	11/09/2021 a 11/09/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico)	142.134	1.102	18/11/2021 a 18/11/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Empregador)	4.738		
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Danos Morais)	4.738		
Cobertura de Responsabilidade Civil (Operador portuário/logístico - Coleta e entrega até 12 km)	474		
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C (Limite de valor de carga por container)	6.000	444	31/07/2021 a 31/07/2022
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC (Limite de valor de carga por container)	6.000	354	31/07/2021 a 31/07/2022
Seguro AUTO - Ambulância TVV	460	3	24/05/2021 a 24/05/2022
Fiança Locatícia.	467	5	07/11/2021 a 07/11/2022
Fiança Locatícia.	386	37	22/03/2021 a 22/03/2026
Seguro Garantia Judicial	278	3	20/05/2020 a 20/05/2022
Seguro Garantia Judicial	538	13	12/06/2019 a 12/06/2022
Seguro Garantia Judicial	10.258	385	30/06/2017 a 30/06/2022
Seguro Garantia Judicial	1.624	61	29/09/2017 a 29/09/2022
Seguro Garantia Judicial	745	21	18/11/2019 a 18/11/2024
Seguro Garantia Judicial	454	10	16/01/2020 a 16/01/2023
Seguro Garantia Judicial	4.003	88	17/02/2020 a 17/02/2023
Seguro Garantia Judicial	2.283	30	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial	1.082	14	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial	142	2	04/05/2020 a 04/05/2023
Seguro Garantia Judicial	287	4	02/07/2020 a 02/07/2023
Seguro Garantia Judicial	326	4	10/07/2020 a 10/07/2023
Seguro Garantia Judicial	392	5	24/09/2020 a 24/09/2023
Seguro Garantia Judicial	617	8	01/10/2020 a 01/10/2023
Seguro Garantia Judicial	334	7	10/07/2020 a 10/07/2025
Seguro Garantia Judicial	579	13	25/08/2020 a 25/08/2025
Seguro Garantia Judicial	3.426	75	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial	550	12	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial	50	1	01/10/2020 a 01/10/2025
Seguro Garantia Judicial	44	1	15/10/2020 a 15/10/2025
Seguro Garantia Judicial	399	4	21/02/2021 a 21/02/2023
Seguro Garantia Judicial	140	3	19/02/2021 a 19/02/2026
Seguro Garantia Judicial	2.462	59	24/03/2021 a 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial	1.285	19	31/03/2021 a 31/03/2024
Seguro Garantia Judicial	520	10	18/05/2021 a 18/05/2026
Seguro Garantia Judicial	132	3	01/06/2021 a 01/06/2026
Seguro Garantia Judicial	2.263	26	09/07/2021 a 09/07/2024
Seguro Garantia Judicial	715	8	03/08/2021 a 03/08/2024
Seguro Garantia Judicial	936	11	18/08/2021 a 18/08/2024

Descrição	Consolidado		
	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência
Seguro Garantia Contratual	1.015	3	12/10/2021 a 09/06/2022
Seguro Garantia Contratual	4.132	16	23/11/2021 a 23/11/2022
Seguro Garantia Judicial	1.114	9	17/11/2021 a 17/11/2023
Seguro Garantia Contratual	152	1	31/12/2021 a 31/12/2022
Seguro Garantia Recursal	14	1	21/01/2022 a 21/01/2027
Seguro Garantia Recursal	14	0	09/02/2022 a 09/02/2025
Seguro Garantia Recursal	29	1	03/03/2022 a 03/03/2027
Seguro Garantia Recursal	14	1	24/03/2022 a 24/03/2027

▪ Sinistros a recuperar

Incidente embarcação Log-In Pantanal

No 1º trimestre de 2021, foi adimplida pela Companhia a obrigação prevista no Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”), firmado com o MPF, relacionado com o incidente ambiental com o navio Log-In Pantanal, ocorrido em 2017. A Companhia efetuou o pagamento, à título de indenização, do valor de R\$19.000.

No mesmo período, a Companhia celebrou um instrumento de conciliação com IBAMA (“Acordo Substitutivo de Sanção”), também relacionado com o mencionado incidente, e efetuou o pagamento do valor de R\$19.205, como parte de suas obrigações no Acordo Substitutivo.

A Companhia reforça que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC e no Acordo Substitutivo, estão abrangidas pela cobertura de P&I - *Protection and Indemnity* (“Clube de P&I” - Proteção e Indenização). Nesse contexto, os valores já dispendidos pela Companhia foram reembolsados, de forma integral, pelo seu Clube de P&I.

O montante de R\$687 registrado contabilmente em 31 de março de 2022 refere-se ao saldo residual de sinistros a recuperar em virtude de celebração do acordo substitutivo com IBAMA, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 15.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes relevantes que merecessem divulgação nesta demonstração financeira intermediária.

29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Essas informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 10 de maio de 2022.